



1 ATA DA DÉCIMA SEGUNDA SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CONSELHO DE
2 ARQUITETURA E URBANISMO DE SÃO PAULO/ CAU-SP
3 19 DE NOVEMBRO DE 2013.

4 Aos dezenove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e treze, as quatorze horas,
5 reuniu-se o Plenário do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo, nas
6 dependências da Sociedade Rural Brasileira, situada à Rua Formosa, 367, 19º andar,
7 Centro, São Paulo/SP, sob a Presidência do Arquiteto e Urbanista, Afonso Celso Bueno
8 Monteiro. O Presidente chamou para compor a mesa e assessorar os trabalhos o Vice-
9 Presidente, Gustavo Ramos Melo e o Coordenador da Comissão de Ética Profissional,
10 Nilson Ghirardello. A Sessão Plenária Ordinária iniciou com a presença de 38 (trinta e
11 oito) Conselheiros; sendo 33 (trinta e três) Conselheiros Titulares e 5 (cinco) Suplentes.
12 Encontravam-se no exercício da titularidade 5 (cinco) Suplentes de Conselheiro Titular; os
13 Conselheiros João Antônio Danielson, Silvio Heilbut, Miguel Gustavo Fabregues, Francisco
14 Eleutério de Abreu e Rafic Jorge Farah. **ÍTEM 1: VERIFICAÇÃO DE QUORUM:** Verificado o
15 *quorum* de 38 (trinta e oito) Conselheiros entre Titulares e Suplentes no exercício da
16 titularidade, o Presidente do CAU/SP saudou todos os presentes e iniciou a Sessão
17 Plenária. As listas de presença seguem anexas a esta Ata **ÍTEM 2: ABERTURA DA 12º**
18 **REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CAU/SP. ÍTEM 3: EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL-**
19 Após a execução do Hino Nacional Brasileiro, o Presidente Afonso Celso Bueno Monteiro
20 passou para o item 4 da pauta. **ÍTEM 4: APROVAÇÃO DA ATA da 11º PLENÁRIA**
21 **ORDINÁRIA DE 28/11/2013:** A Ata da 11º Sessão Plenária Ordinária foi colocada em
22 votação e foi **APROVADA**, sem alterações, por unanimidade. **ÍTEM 5: APROVAÇÃO DO**
23 **BALANCETE DO MÊS DE OUTUBRO DE 2013 e RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DA**
24 **EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Necessitando aguardar o Coordenador da Comissão de
25 Orçamento e Contas, que encontrava-se preso no trânsito, o item 5 foi discutido
26 posteriormente. **ITEM 6: COMUNICADOS DA PRESIDÊNCIA:** O Presidente Afonso Celso
27 Bueno Monteiro transmitiu a mensagem da Conselheira Saide Kahtouni sobre a melhora
28 do Conselheiro Federal Miguel Pereira, a necessidade da doação de sangue para o
29 Hospital do Coração e o desejo de um Feliz Natal e novo ano. O Presidente também
30 informou ter participado da inauguração da sede própria do CAU/RS. Em seguida o vice-
31 presidente, Gustavo Ramos Melo, comunicou a participação na reunião ampliada do
32 CAU/BR, nos dias 5, 6 e 7 de dezembro em Brasília, para discutir o repasse do Fundo de
33 Apoio. Também foi debatido o tema Centro de Compartilhamento e a Rede Integrada de
34 Atendimento. O vice presidente, Gustavo Ramos Melo, continuou sua fala comunicando
35 que no dia 06 de dezembro, no Hotel Brasília Palace, houve Homenagem ao Dia do
36 Arquiteto. Ainda nesta data foi assinada a parceria do CAU/BR e os Arquitetos de
37 Portugal. Antes de passar para o próximo item, o Presidente Afonso Celso Bueno
38 Monteiro pediu que a Assessora Jurídica, Dra. Karina Furquim da Cruz, falasse sobre as
39 ações tomadas contra o CREA/SP, e seu Presidente, no que dizia respeito a ilegalidade
40 dos atos de cobranças aos arquitetos. Segue anexo à esta ata o relatório sobre as ações
41 tomadas contra o CREA/SP a respeito da ilegalidade de seus atos, com conseqüente envio
42 de cobranças e prática de atos de fiscalização indevidos, que foram apresentados na
43 última Plenária do CAU/SP. O documento sobre as ações e posicionamento do CAU/SP
44 encontra-se anexo a esta ata. O Conselheiro Gilberto Belleza pediu a palavra para solicitar
45 que as informações fossem dadas aos arquitetos no site e no boletim mensal do CAU.



46 Após o relato da Dra. Karina Furquim da Cruz, houve debate sobre o assunto entre os
47 Conselheiros e a mesa Diretora e as dúvidas foram sanadas pela Assessora Jurídica do
48 CAU/SP. Com a chegada do Conselheiro e Coordenador da Comissão Permanente de
49 Orçamento e Contas, o item 5 foi colocado em pauta. **ITEM 5-APROVAÇÃO DO**
50 **BALANCETE DO MÊS DE OUTUBRO DE 2013 e RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DA**
51 **EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Colocado em discussão o Balancete de Outubro de 2013 e o
52 Relatório de Acompanhamento da Execução Orçamentária, não havendo dúvidas por
53 parte dos Conselheiros, foram **APROVADOS** com 1(um) voto em contrário do Conselheiro
54 Paulo Afonso Costa. **EXTRA PAUTA:APROVAÇÃO DO BALANCETE DO MÊS DE**
55 **NOVEMBRO:** O Balancete do mês de Novembro de 2013 foi colocado em discussão e não
56 havendo dúvidas por parte dos Conselheiros, foi **APROVADO** com 1 (um) voto em
57 contrário do Conselheiro Paulo Afonso Costa. O Conselheiro Gilberto Belleza pediu a
58 palavra e solicitou a apresentação da divisão de diárias por Conselheiros. Com a palavra, o
59 Diretor Financeiro, Eder Roberto da Silva, disse aguardar a manifestação do CAU/BR sobre
60 o questionamento do Conselheiro Gilberto Belleza e continuar cumprindo os
61 direcionamentos do CAU/BR para exposição da movimentação financeira. **ÍTEM 7:**
62 **RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DAS COMISSÕES PERMANENTES:** O Presidente solicitou
63 que cada coordenador de comissão apresentasse as ações executadas em 2013. Iniciado
64 pelo **Coordenador da Comissão Permanente de Ética**, Nilson Ghirardello, a síntese dos
65 trabalhos segue anexa. Em seguida o **Coordenador da Comissão Permanente de**
66 **Orçamento e Contas**, Luiz Antônio Raizzaro, **(relatório anexo a esta ata)**, João Carlos
67 Monte Claro Vasconcellos, **Coordenador da Comissão de Legislação e Normas**, **(relatório**
68 **anexo a esta ata)**; Paulo Canguçu Braga Burgo, **Coordenador da Comissão Permanente**
69 **de Ensino e Formação Profissional**, **(relatório anexo a esta ata)**; com comentários
70 complementares do Diretor de Ensino e Formação Profissional, João Carlos Correia, que
71 pediu ao Presidente Afonso Celso Bueno Monteiro solicitar ao CEAU que o CAU/BR
72 disponibilize os dados existentes no EMEC para o desenvolvimento de um trabalho mais
73 preciso. Em seguida a Conselheira e Coordenadora Adjunta da Comissão de Ensino e
74 Formação, Débora Frazatto, também abordou o assunto citado pelo Coordenador Paulo
75 Burgo e o Diretor João Carlos Correia e falou sobre a preocupação com a situação,
76 pedindo que o CAU/SP tome ações e trate este assunto com atenção e seriedade com o
77 CAU/BR. O Presidente Afonso Celso Bueno Monteiro complementou que no dia seguinte
78 a esta Plenária, na data de 20/12/2013, o pedido de revogação da Resolução 63, feito
79 pelo CAU/SP, estaria na pauta da Comissão de Ensino e Formação do CAU/BR. Em seguida
80 o **Coordenador da Comissão Permanente de Exercício Profissional**, Victor Chinaglia, fez a
81 apresentação de seu relatório e após a exposição das ações, colocou ao Plenário e à mesa
82 que alguns Conselheiros estão se recusando a analisar os processos, ainda que a lei
83 determine que o membro do Conselho também deve analisar e deliberar sobre os
84 processos. O Coordenador também falou do processo da EZTEC, empresa que contratou
85 um arquiteto Uruguaio e descobriram que o arquiteto não tem registro no Brasil,
86 tampouco as plantas do projeto estavam no nome dele. O Conselheiro falou do
87 cumprimento de regras na regularização de registro de estrangeiros pelo CAU/SP, mas o
88 não cumprimento pelo CAU/BR. O Diretor de Ensino e Formação Profissional João Carlos
89 Correia, disse que os arquitetos estrangeiros que não estão conseguindo registros em São
90 Paulo estão conseguindo em outros CAU/UF. O Presidente Afonso pediu que cada
91 processo que fosse entregue a um Conselheiro que houvesse registro da entrega, a



92 devolução e o registro de quem não quis receber o documento. O coordenador Victor
93 Chinaglia disse que a ação de não receber os processos é falta de conhecimento e
94 compreensão de qual o papel do conselheiro. Na opinião do coordenador da Comissão de
95 Exercício Profissional, a próxima ação deverá ser o encaminhamento do caso à Comissão
96 de Ética Profissional. A Conselheira Marcia Mallet complementou dizendo que os
97 processos que constavam naquela plenária são dos Conselheiros que não levaram para
98 analisar, e que apesar disso, há prazos e obrigações. O Presidente solicitou aos
99 Conselheiros que não deixem de levar seus processos. O Presidente também agradeceu a
100 Associação de Engenheiros e Arquitetos de São José dos Campos o presente recebido
101 como participação no Seminário de Mobilidade Urbana. **ÍTEM 8: CALENDÁRIO 2014 DAS**
102 **REUNIÕES PLENÁRIAS ORDINÁRIAS.** Seguindo a mesma regra dos anos anteriores, as
103 reuniões plenárias foram agendadas para as últimas quintas-feiras do mês. O calendário
104 das Sessões Plenárias Ordinárias de 2014 foi aprovado com as seguintes datas: 30.01,
105 27.02, 27.03, 24.04, 29.05, 26.06, 31.07, 28.08, 25.09, 30.10, 27.11 e 18.12.2013. Para os
106 meses de Janeiro, Fevereiro e Março o calendário flui normalmente. No mês de Abril a
107 Presidência, junto dos Assessores Jurídicos, verificará a possibilidade em fazer a Plenária
108 no Ceará, pois haverá o Congresso Brasileiro de Arquitetos junto da 1ª Conferência
109 Nacional de Arquitetos e Urbanistas do CAU/BR em Fortaleza, onde os Conselheiros serão
110 convocados a ir. No mês de Maio o calendário segue, porém no mês de Junho haverá
111 necessidade em rever a data em função dos jogos da Copa do Mundo em São Paulo. Os
112 meses de Julho, Agosto, Setembro, Outubro, Novembro e Dezembro seguem com as
113 datas apontadas acima, sem percalços. O calendário 2014 das Reuniões Plenárias
114 Ordinárias foi aprovado e caso haja alguma observação ou necessidade, o Plenário
115 poderá, em Plenária anterior a outra, fazer modificações. O Diretor Financeiro, Eder
116 Roberto da Silva, questionou sobre a Sessão Plenária fora do estado e pediu, em função
117 de medidas operacionais, que iniciem uma análise jurídica para verificar a legalidade do
118 ato. Segundo o Presidente Afonso Celso Bueno Monteiro, o departamento Jurídico fará a
119 avaliação e observações. **ÍTEM 9: CENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS DO**
120 **CAU/REDE INTEGRADA DE ATENDIMENTO:** O Presidente Afonso Celso Bueno Monteiro
121 passou a palavra para o vice-presidente Gustavo Ramos Melo, que participou da reunião
122 ampliada no CAU/BR, onde foi feita a apresentação, junto da entrega de uma material de
123 Política de Governança e Gestão de Tecnologia de Informação do Centro de Serviço
124 compartilhado do Conselho de Arquitetura e Urbanismo, pela equipe do CAU/BR. O vice
125 presidente, Gustavo Ramos Melo, falou sobre os questionamentos na intenção de
126 cobrança e citou alguns serviços explicitados no documento, como exemplo, a
127 manutenção do *SICCAU*, a manutenção da *GEO Tecnologia, Implanta, Data Center*, custo
128 de operação do serviço compartilhado do CAU/BR e o treinamento do pessoal do CAU/BR
129 e o *CALL CENTER*. O material levado pelo vice-presidente Gustavo Ramos Melo na
130 Plenária do CAU/SP também falava sobre a Rede Integrada de Atendimento. Na reunião
131 do CAU/BR o vice-presidente Gustavo Ramos Melo apresentou ao plenário presente a
132 preocupação e o posicionamento do Plenário do CAU/SP. Segundo o vice-presidente, em
133 plenária no CAU/SP o entendimento foi que situações que envolvessem custos deveriam
134 ser encaminhadas para aprovação do Plenário do estado. Na reunião do CAU/BR, a
135 maioria dos presidentes, segundo Gustavo Ramos Melo, tem o mesmo entendimento
136 sobre aprovação em plenário de cada CAU/UF. O Presidente Afonso Celso Bueno
137 Monteiro abriu o assunto para debates e antecipou dizendo que na manhã da data desta



138 plenária, o Gerente Técnico do CAU/BR, Edson Melo e o Conselheiro Federal do CAU/ES,
139 Anderson Fioretti, visitaram o CAU/SP para explicar sobre o centro de
140 compartilhamento, os serviços que serão compartilhados e os valores. O Presidente
141 Afonso disse que os CAU/UF não foram comunicados antecipadamente e não puderam
142 planejar o Plano de Ação e Orçamento de 2014 com esta demanda. Segundo o
143 Presidente, neste momento é complicado subtrair o montante, calculado em R\$ 3,74 por
144 arquiteto cadastrado no Conselho, ainda que o sistema de compartilhamento seja bom.
145 Em seguida a Conselheira Marcia Mallet pediu a palavra, levantou dados sobre o assunto
146 e fez uma série de questionamentos, segue fala da Plenária da Conselheira e Diretora
147 Técnica, Márcia Mallet: *“Tomei conhecimento da Resolução 60 do CAU/BR, quero*
148 *demonstrar minha preocupação e levantar dúvidas sobre o processo de*
149 *compartilhamento de pagamentos e convênios. Tais questionamentos são os seguintes:*
150 *Os CREA repassaram ao CAU/BR os 90% referentes a contribuição dos arquitetos no ano*
151 *2011. Este montante foi de aproximadamente R\$ 50.000.000,00 (50 milhões de reais).*
152 *Para as unidades dos CAUs da Federação foram distribuídos R\$ 20.000.000,00 para sua*
153 *implantação, da forma que o CAU/BR entendeu correta. Portanto restou para o CAU/BR o*
154 *montante aproximado de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) que deveriam ser*
155 *utilizados para a implantação e manutenção dos serviços do SICCAU e a implantação do*
156 *Conselho Federal, CAU/BR. O CAU/SP tem orçamento estimado para 2014 em*
157 *aproximadamente R\$ 40.377.000,00 (quarenta milhões trezentos e setenta e sete mil*
158 *reais). O CAU/BR tem orçamento estimado para 2014 em aproximadamente R\$ 29.*
159 *335.000,00 (vinte e nove milhões trezentos e trinta e cinco mil reais), ambos aprovados*
160 *por uma resolução do CAU/BR. O Vice-presidente Arq. Urb. Gustavo faz uma*
161 *correção orçamento nos dados apresentados pela diretora técnica Arq. Urb. Marcia*
162 *Mallet, corrigindo os valores para CAU/BR 18.000,00 (dezoito milhões de reais) e CAU/SP*
163 *23.000,00 (vinte e três milhões de reais). O repasse correto do ano de 2011 efetuado pelos*
164 *CREAs foi de R\$ 48.000.000,00 e deste valor o CAU/BR repassou aos CAUs/UF R\$*
165 *19.000.000,00 (dezenove milhões), além do que devemos considerar que o CREA/RS não*
166 *repassou nenhum valor do ano de 2011 ao CAU/BR e recebeu deste R\$ 3.000.000,00 para*
167 *sua implantação e instalação, isto enquanto o CREA/SP repassou cerca de R\$*
168 *16.000.000,00 (dezesseis milhões) e recebeu R\$ 4.500.000,00 (quatro milhões e meio de*
169 *reais) para a sua implantação e instalação, deve-se levar em conta também que constam*
170 *em nossos registros 50% (cinquenta por cento) dos arquitetos do país. A Diretora Técnica*
171 *Arq. Urb. Marcia continuou sua fala com o seguinte questionamento: - qual a legalidade*
172 *de retirar o dinheiro do CAU/SP e pagar um contrato que não foi elaborado nem*
173 *acompanhado pelo CAU/SP que não teve conhecimento de nenhum dos processos*
174 *licitatórios e contratuais referentes a estes. A independência financeira e administrativa*
175 *dos CAU/UF e dos Estados da Federação é garantida por cláusula imutável na*
176 *Constituição Federal. A fiscalização, de exclusiva atribuição dos CAUs da UF está inserida*
177 *no SICCAU como um protocolo geral. Uma simples apresentação de contas não pode ser*
178 *engolida pelos CAUs/UF porque estaremos compartilhando responsabilidades que não são*
179 *de nosso conhecimento, para isso o CAU/SP deveria ter participado do processo licitatório*
180 *de contratação destas empresas.”* O debate continuou com os Conselheiros Gilberto
181 Belleza, que falou da importância do SICCAU, o Diretor de Ensino e Formação, João Carlos
182 Correia, não concordou com o pagamento de mais uma tarifa, o Conselheiro João Carlos
183 Monte Claro Vasconcellos questionou a legalidade e a moralidade da ação, uma vez que



184 já houve e há um compartilhamento do que já foi (é) arrecadado. O Coordenador da
185 Comissão de Legislação e Normas pediu transparência no Plano de Ação do CAU/BR. Em
186 seguida, o Conselheiro Mario Yoshinaga concordou com os conselheiros e ressaltou que
187 alguns serviços são diferentes e deve ser apresentado caso a caso. O Diretor Financeiro
188 Éder Roberto da Silva lembrou o pedido formal e a manifestação feita no Plenário do
189 CAU/SP, ao CAU/BR. O Presidente Afonso Celso Bueno Monteiro disse que o documento
190 foi confeccionado mas não obtiveram retorno do CAU/BR. O Conselheiro Renato Nunes
191 disse haver necessidade em “clarear o assunto” do compartilhamento e solicitou que
192 todos os debates fossem levados ao conhecimento de todos. O Conselheiro pediu que
193 fosse reiterado o pedido de esclarecimento com detalhes específicos e as dúvidas que
194 foram geradas na reunião com os técnicos do CAU/BR. O Diretor Administrativo, Gerson
195 Mendes Faria, falou sobre a reunião com os técnicos do CAU/BR dizendo que o sistema
196 nada muda, apenas sugerem um compartilhamento da gestão. Não há nenhuma
197 tecnologia nova sendo oferecida, apenas um compartilhamento da gestão e o
198 pagamento. O Presidente sugeriu um encaminhamento que será reiterar o ofício ao
199 CAU/BR e inserir os debates que foram feitos nesta Plenária. A Conselheira Rosana Ferrari
200 complementou a fala da Conselheira Marcia Mallet, questionando se na lei do CAU o que
201 o CAU/BR está colocando nos serviços está contemplado. A Conselheira também pediu
202 uma explicação mais clara da forma que esse compartilhamento vai ocorrer. O Diretor de
203 Ensino e Formação profissional, João Carlos Correia, pediu que o documento que o vice
204 presidente Gustavo leu fosse enviado a todos os Conselheiros. O Conselheiro Renato
205 Nunes pediu que ao reiterar o pedido, fosse requisitado que o esclarecimento viesse
206 acompanhado de detalhes específicos para compreensão correta da proposta do CAU/BR.
207 O Diretor Financeiro Éder da Silva disse que com o que foi apresentado, não há como
208 colaborar. Segundo o Diretor, no documento constam contratos diferenciados com
209 diversas empresas. É apontado que há funcionários do CAU/BR e o *Data Center* na conta
210 a ser paga. O Diretor Financeiro finalizou dizendo que se há transferência de recurso,
211 implica em convênio e não em deliberação de Plenário. O Presidente Afonso Celso Bueno
212 Monteiro sugeriu o encaminhamento reiterando o ofício já enviado complementando
213 com os questionamento da Plenária desta data. **ÍTEM 10: REGISTRO DA EMPRESA**
214 **HERZOG & DE MEURON:** O Presidente convidou o Conselheiro Victor Chinaglia,
215 Coordenador da Comissão de Exercício Profissional, para falar sobre a solicitação de
216 Registro de Responsabilidade Técnica referente ao projeto básico do Complexo Cultural
217 Luz – Teatro da Dança. O Coordenador, junto da Comissão de Exercício Profissional e da
218 Diretoria, disse estar tomando uma posição legal e cautelosa em relação ao papel dos
219 escritórios estrangeiros no Brasil, diferentemente da posição que o CAU/BR tem adotado.
220 O processo em questão teve origem no CREA, foi apreciado pela Comissão de Ensino e
221 Formação CAU/SP e homologado em 27 de novembro de 2013 pela Comissão de Ensino e
222 Formação do CAU/BR. Tramitado o processo, o requerente elaborou um RRT
223 extemporâneo que foi indeferido por esta Comissão (RRT extemporâneo solicitado em
224 data posterior a data de registro profissional, portanto não se aplica). O Conselheiro
225 Gilberto Belleza complementou dizendo que um processo é o projeto do Centro de Dança
226 e o outro é o registro do profissional Pierre De Meuron. O Conselheiro explanou o
227 decorrer do processo e finalizou dizendo que o que devem discutir é o procedimento
228 correto de registro dos profissionais e das RRTs. Voltando a palavra para o Coordenador
229 Victor Chinaglia ele pediu atenção a este debate e uma posição do CAU/SP o mais rápido



230 possível. O Presidente Afonso Celso Bueno Monteiro falou que será levado à Plenária do
231 CAU/BR o pedido de revogação da Resolução 63, aprovado em Plenária do CAU/SP. O
232 Diretor João Carlos Correia lembrou que a competência de legalizar registros para
233 estrangeiros é da unidade estadual e não federal, em Brasília. Segundo o Diretor de
234 Ensino e Formação, a Resolução 63 facilita a validação de registro de estrangeiros e não
235 resolve a situação de arquitetos brasileiros recém-formados que, por um problema de
236 ineficiência do MEC, demora para soltar as portarias de reconhecimento e renovação. O
237 Conselheiro Rafic Farah falou de inúmeros recém-formados estrangeiros que ele encontra
238 no mercado brasileiro, que chegam no Brasil do mesmo jeito que alguns já foram para
239 outros países. O Conselheiro citou a melhor formação de um arquiteto estrangeiro e
240 seguiu o raciocínio falando do número de escolas de arquitetura no Brasil com nível
241 abaixo do esperado. Segundo o Conselheiro as escolas na Europa desenvolvem
242 profissionais com competências técnicas e gestoras, algo que o Brasil não tem. O
243 conselheiro disse que agora é a hora do CAU/ SP discutir o mercado dos arquitetos e fazer
244 as autoridades públicas entenderem a importância do arquiteto. O Conselheiro Gilberto
245 Belleza falou da atuação que teve contra o exercício ilegal da profissão de profissionais
246 estrangeiros e das ações tomadas na promotoria pública quando responsável no IAB. O
247 Conselheiro Gilberto Belleza afirmou que é necessário cumprir a lei. O encaminhamento
248 do Conselheiro e Coordenador da Comissão de Exercício Profissional foi que o Presidente
249 do CAU/SP encaminhe ao Colégio de Presidentes pedido para que seja aberto um debate
250 com CAU/UF sobre a atuação dos estrangeiros no Brasil e sobre os procedimentos legais
251 do exercício da profissão. O Conselheiro Pietro pediu um a parte e lembrou que o
252 Conselheiro Federal Suplente, Daniel Amor, está acompanhando a Plenária do CAU/BR.
253 Encaminhamento aprovado pela Plenária. **ITEM 11: SOLICITAÇÃO DA COMISSÃO DE**
254 **ÉTICA PROFISSIONAL PARA REALIZAÇÃO DE REUNIÕES PLENÁRIAS EXTRAORDINÁRIAS**
255 **ESPECÍFICAS:** O Coordenador da Comissão Permanente de Ética Profissional, Nilson
256 Ghirardello, comunicou a consulta feita no departamento jurídico, considerando os
257 artigos 12 e 28 da resolução 34 (segue resolução anexa) que fala da necessidade de sigilo
258 para análise de processos éticos. Após ler a análise jurídica, o Conselheiro disse que a
259 comissão encaminhou ao Presidente do CAU/SP um ofício pedindo que convoquem
260 plenárias específicas para a análise desses processos, e colocou ao Plenário para decidir
261 qual o caminho mais adequado. O Presidente Afonso Celso Bueno Monteiro sugeriu que
262 se há processos acumulados, na reunião de Janeiro seja feito pedido de uma Plenária
263 extraordinária. O Conselheiro Renato Nunes acrescentou que o caráter da reunião é
264 sigiloso, com a função apenas de analisar os processos éticos, em data que não interfira
265 outras reuniões, sem a presença de funcionários e convidados. **ÍTEM12: SOLICITAÇÃO DA**
266 **COMISSÃO ESPECIAL DE ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES CONTRATUAIS**
267 **RELATIVAS À CONCEITUAÇÃO E FORMATAÇÃO DA OUVIDORIA DO CAU/SP PARA**
268 **DIVULGAÇÃO DA REALIZAÇÃO DE CURSO DE SENSIBILIZAÇÃO E CURSO DE**
269 **CAPACITAÇÃO:** O Conselheiro Mario Yoshinaga com a palavra resumiu em 2 assuntos o
270 item de pauta acima, e encaminhou o assunto na íntegra para inserção na ata.1) Pedido
271 de auxílio dos Conselheiros na indicação de um Ouvidor para o CAU/SP. O Presidente
272 acrescentou que o ouvidor é uma indicação do Presidente mas a presidência pediu que a
273 Comissão pudesse enviar seus indicados e que todos os Conselheiros mandassem
274 contribuições com os requisitos básicos. 2) O contrato com a assessoria de implantação
275 da Ouvidoria está finalizando e a empresa oferecerá um curso de formação para



276 Conselheiros e funcionários. Segue relato do Conselheiro Mario Yoshinaga na íntegra –
277 Plenária de 19/12/2013: *“A Comissão de Ouvidoria SP, assim como a chamamos, está*
278 *concluindo seus trabalhos previstos para 2013, tendo como meta a indicação do*
279 *profissional Arquiteto e Urbanista, em lista tríplice, para a escolha final do presidente.*
280 *Essa escolha pessoal é importante, na medida que o Ouvidor deve ser uma pessoa de*
281 *confiança do presidente. Mas o processo de escolha do profissional, que antecede a lista*
282 *tríplice, deve ser criteriosa e transparente. Voltaremos para esse assunto logo após um*
283 *resumo das nossas atividades até o presente. Como já foi colocado nesta Plenária*
284 *anteriormente, o modelo de Ouvidoria de Conselho profissional é incipiente, e o pouco que*
285 *conhecemos nos levou a pensar que poderíamos inovar, implantando uma Ouvidoria do*
286 *CAU/SP mais eficiente e principalmente, proativa. Enquanto estávamos concebendo e*
287 *formatando a ouvidoria do CAU/SP, contamos com a ajuda da OMD, nossa assessoria*
288 *contratada para nos orientar nessa tarefa, assim como tivemos várias reuniões com o*
289 *nosso colega Ouvidor do CAU/BR Arquiteto e Urbanista José Eduardo Tibiriça, o que*
290 *contribuiu para que a Ouvidoria do CAU/SP tivesse sintonia com a Ouvidoria do CAU/BR, e*
291 *servir de modelo para formatar as outras Ouvidorias do CAU/UF. Desses trabalhos,*
292 *tivemos alguns resultados, coerentes com a proposta inicial de integrar as Ouvidorias dos*
293 *CAU’s e de inovar a nossa Ouvidora, possivelmente tornando-se uma referência entre as*
294 *Ouvidoria de Conselho Profissional. O que nos levou a apontar a necessidade de inovar a*
295 *Ouvidoria no nosso Conselho foi a constatação da falta de diálogo com a grande maioria*
296 *dos Arquitetos e Urbanistas, que hoje mantém um contato com o CAU limitado a questões*
297 *burocráticas e legais. Entendemos que a Ouvidoria pode abrir o canal de diálogo com*
298 *esses profissionais e conhecer as realidades do mercado de trabalho, ao mesmo tempo*
299 *promovendo a atitude participativa e protagonista. Os Arquitetos e Urbanistas precisam*
300 *muito mais do que serem fiscalizados profissionalmente. O modelo que em parte estamos*
301 *reproduzindo do CREA/CONFEA para o CAU/BR e CAU/UF, mostra estar desatualizado, ao*
302 *verificarmos que o próprio CREA/CONFEA propõe, pela PL-5253/2013, a possibilidade de*
303 *utilizar parte da renda líquida no aperfeiçoamento técnico e cultural de seus profissionais,*
304 *PL que tramita em caráter conclusivo e em regime de prioridade. Essa questão mostra a*
305 *mudança da atividade primordialmente fiscalizadora, punitiva e cartorial, buscando a*
306 *qualidade de seus profissionais, e em consequência, do próprio Conselho. Não estou certo*
307 *sobre a legalidade do CAU em poder promover o aperfeiçoamento técnico e cultural*
308 *diretamente, e tampouco pretendo levantar discussões e comparações entre Conselhos,*
309 *mas apenas registrar que estamos todos em busca de aprimoramentos. Nesse objetivo*
310 *comum as Ouvidorias podem e devem agir de forma integrada. Integrar as Ouvidorias, foi*
311 *o tema do último Congresso de ouvidores que aconteceu em Novembro de 2013, com a*
312 *participação da Ouvidoria Geral da União, e mais de 500 ouvidores de entidades públicas*
313 *e privadas. Integrar as Ouvidorias dentro e fora do CAU. No âmbito interno, alguns*
314 *programas estão em andamento para o funcionamento conjunto. Entre eles, está em fase*
315 *de negociação dois programas que envolvem os CAU’s como um todo. O Programa 0800*
316 *integrado. Trata de um programa utilizando o “atendente virtual”. Propõe respostas às*
317 *questões mais frequentes, de forma automática, sem que o atendente pessoal seja*
318 *solicitado. Programas em uso demonstram sua eficiência em atender a mais de 90% das*
319 *consultas, liberando, dessa forma, o tempo dos atendentes para os 10% das consultas*
320 *restantes, com mais qualidade, e menos estresse. Tem como positivo, além da qualidade*
321 *de atendimento, a coerência de respostas, uma vez que as respostas a uma mesma*



322 solicitação por diferentes atendentes, podem ser discordantes e confusas. O 0800
323 concentra as entradas num único ponto, no caso o CAU/BR, que repassa aos CAU/UF as
324 questões não respondidas automaticamente e que sejam de atribuição dos CAU/UF's. As
325 Ouvidorias do CAU/BR e dos CAU/UF's assumem as questões que não tiveram solução no
326 atendimento, que é um padrão comum às Ouvidorias, que solicitam que o acesso à
327 Ouvidoria seja feito após protocolado pelo Atendimento e sem solução satisfatória. 1) O
328 Programa Rede Social Corporativa. Trata de um site, tipo Facebook, com acesso restrito a
329 profissionais Arquiteto e Urbanista, cadastrados no CAU. Propõe aos profissionais
330 Arquitetos e Urbanistas um site de relacionamento, possibilitando a formação de grupos
331 diversos. Já existem instituições que utilizam esse programa, que é gerenciado por
332 empresa privada que faz a manutenção e atualização da rede. As regras de
333 funcionamento, participação, patrocínios, etc. estão em discussão na Ouvidoria do
334 CAU/BR, com a participação dos Ouvidores de CAU/UF que se reúnem regularmente. Esse
335 programa tem potencial de captação de recursos de patrocínio, e dessa forma reduzir os
336 custos, zerar ou até gerar recursos financeiros que podem ser canalizados para projetos
337 de qualificação profissional, entre outros. Voltamos ao motivo principal que nos traz ao
338 Plenário: o processo de escolha do ouvidor que teremos no CAU/SP em 2014. Precisamos
339 da ajuda dos colegas Conselheiros para a indicação de candidatos a Ouvidor do CAU/SP.
340 Para isso elencamos alguns indicativos do perfil desse profissional, segundo o
341 entendimento da Comissão de Ouvidoria SP, assim chamada resumidamente, a Ouvidoria
342 do CAU/BR, a OMD, nossa assessoria contratada, e as recomendações contidas no
343 Manual de Implantação de Ouvidorias, da OGU – Ouvidoria Geral da União. Para auxiliar
344 a escolha, foi transcrito abaixo o texto da Coleção OGU onde descreve os requisitos para o
345 cargo de Ouvidor: - Manter relação direta com o dirigente máximo; Ter sensibilidade e
346 paciência; Ter capacidade de escuta; Ser Probo; Possuir conhecimento técnico em
347 Ouvidoria; Ser proativo; Possuir credibilidade; Possuir maturidade na prevenção e solução
348 de conflitos; Ter capacidade de persuasão; Possuir capacidade de análise crítica; Possuir
349 capacidade de adaptação e flexibilidade; Ter capacidade de gestão de sua própria equipe,
350 promovendo sua capacitação constante e participação em atividade pertinentes. Abaixo
351 está a Deliberação Plenária nº 10 de 05 de julho de 2012 onde consta os requisitos para a
352 pessoa a ser indicada e nomeada para o cargo de Ouvidor do CAU: Ter formação
353 profissional de arquiteto e urbanista; Contar com no mínimo 20 (vinte) anos de exercício
354 da profissão de Arquitetura e Urbanismo; Não ter sofrido condenação em processos ético-
355 disciplinar e nem em processo administrativo-disciplinar; Não ter sido candidato nas
356 eleições para a composição do CAU/BR e nem dos CAU/UF no pleito imediatamente
357 anterior, sendo irrelevante o fato de ter sido eleito ou não; Seja detentor de reputação
358 pública ilibada; Expectativas em Relação ao Cargo de Ouvidor do CAU/SP; Ser curioso e
359 atualizado. A OMD, nossa assessoria contratada tem como escopo dos trabalhos realizar
360 um seminário de capacitação e um seminário de sensibilização. O Seminário de
361 capacitação é dirigido aos funcionários do CAU/SP, preferencialmente distribuídos nas
362 Diretorias e Comissões, e nesse sentido solicitamos que sejam indicados pelo menos um
363 funcionário que formará uma rede de contatos relativo ao assunto Ouvidoria. O Seminário
364 de Sensibilização é voltado para os Conselheiros, titulares e suplentes, interessados em
365 conhecer a atividade da Ouvidoria no Conselho. Solicitamos aos interessados que
366 procurem a Carolina, nossa assistente da Ouvidoria do CAU/SP para informar sua
367 pretensão em participar. A OMD está oferecendo um curso de capacitação para os



368 *Conselheiros e funcionários do CAU/SP, que poderá ser agendado como um curso “in*
369 *company”, a custos especiais para o CAU/SP, para Fevereiro ou Março de 2014. Os*
370 *interessados devem procurar a Carolina, nossa assistente da Ouvidoria do CAU/SP. ÍTEM*
371 **13: Palavra dos Conselheiros:** Conselheiro Mario Yoshinaga, com a palavra e o tema
372 Alvarás, comentou sobre a matéria da revista Época da semana (Plenária 19.12.2013)
373 sobre os alvarás sua criação, eficiência/ineficiência, etc. Também, seguiu o Conselheiro
374 Mario Yoshinaga, na revista segue matéria do ensino no Brasil, com baixa qualidade, o
375 que torna preocupante a chegada dos estudantes às universidades. Em seguida o
376 Conselheiro Gilberto Belleza, com o assunto CAU/ Concurso, retomou o assunto da última
377 plenária onde discutiam que o CAU/BR não havia feito licitação, e afirmou que sim houve,
378 com 9 empresas convidadas e 5 que entregaram proposta. **ÍTEM 14: ENCERRAMENTO ÀS**
379 **18H00.** Tendo esgotado a pauta, o Presidente Afonso Celso Bueno Monteiro agradeceu a
380 presença de todos e desejou um bom retorno.
381
382
383 Afonso Celso Bueno Monteiro
384 Presidente do CAU/SP